



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: A INCLUSÃO SÓCIO – EDUCATIVA NO ENSINO REGULAR

Monalisa Albuquerque Barros Curvello²²

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de apresentar como as ações da Educação Especial voltados para a Inclusão são desenvolvidas na rede municipal de ensino de Jequiá da Praia - AL. Será ressaltada também, a importância do compartilhamento de experiências acerca do conhecimento de práticas pedagógicas, a fundamentação didática, o estímulo pedagógico nas formações especializadas e a conscientização política da comunidade escolar. O objetivo geral é refletir sobre como a Educação Especial pode desenvolver atitudes e práticas pedagógicas inclusivas em parceria com o Ensino Regular. Pretende-se envolver o leitor a uma reflexão de saberes e experiências diante da necessidade da ressignificação da educação inclusiva. É a partir do reconhecimento e valorização da diversidade que se torna possível implementar nos sistemas de ensino, nas redes municipais, a ideia e a prática didática transformadora da inclusão.

Palavras-Chaves: *educação Inclusiva; educação especial; formação profissional especializada; políticas públicas.*

²² monalisa.barros@bol.com.br

INTRODUÇÃO

O interesse por esta linha de pesquisa surgiu mediante a uma íntima relação de estudos, reflexões e práticas pedagógicas desenvolvidas sobre a Educação Inclusiva na construção de conhecimento do público-alvo da Educação Especial e comunidade escolar no município alagoano de Jequiá da Praia.

Com o intuito de colaborar, tenho compartilhado saberes e experiências com professores, coordenadores, diretores e comunidade escolar em reuniões, formações continuadas, grupos de estudos e audiências públicas a respeito da inclusão educacional.

O desejo de refletir sobre este importante assunto vem se intensificando, na medida em que se percebe nestes momentos de interações, uma ausência de conhecimentos voltados para as leis e decretos que regem e garantem a educação inclusiva de qualidade. Esta inquietação é o primeiro passo para construir uma conscientização política, revisar suas metodologias, refletir sobre as práticas pedagógicas e repensar a inclusão como o maior objetivo da educação.

Diferente de outros municípios alagoanos, Jequiá da Praia vem evoluindo educacionalmente e a cada ano vem adquirindo um espaço maior para a Educação Especial, com a construção de

salas de recursos multifuncionais, o direito à acessibilidade, programas do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e tecnologias assistivas advindas do governo federal, cursos de formação de libras, capacitações didáticas, coordenação de educação especial e atendimento psicopedagógico.

Estas conquistas foram adquiridas a partir do ano de 2009 ao qual foram inseridos no senso escolar os alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. A regularização da educação especial beneficiou o município obtendo os seus direitos reservados e aplicados aos cidadãos. A partir daí, começou a luta incessante para serem mantidos os direitos garantidos da educação especial e fazer valer dos profissionais da educação, funcionários da escola e dos pais a construção de uma consciência política, transformadora e inclusiva no dever humanístico da pedagogia do saber e do amor.

O intuito desse artigo é apresentar a evolução do trabalho pedagógico e compartilhar os anseios dos profissionais comprometidos nessa luta diária acerca da construção de identidade inclusiva, sem preconceitos e discriminações da comunidade escolar jequiaense.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

LEIS E AÇÕES INCLUSIVAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Segundo o Art. 205 da Constituição, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família; será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Já no Art. 206, diz que o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Com base nestes artigos a escola é o meio mais favorável para a educação de todas as pessoas. No convívio escolar e social com a diversidade é que há o verdadeiro crescimento e formação do cidadão. Vale ressaltar o que proclama a Declaração de Salamanca, de 1994, que os sistemas e programas educacionais devem considerar a diversidade de características, interesses e necessidades do alunado.

Apresenta também a ideia de Inclusão escolar, a Declaração de Salamanca (1994), afirmando que todas as crianças têm necessidades e aprendizagens únicas, tem direito a ir à escola, com acesso ao ensino regular e os sistemas educacionais devem implementar programas, considerando a diversidade humana,

desenvolvendo uma pedagogia voltada para a criança.

O paradigma da inclusão educacional orienta o processo de mudanças desde a educação comum aos serviços de apoio especializados com vistas a promover o desenvolvimento das escolas, constituindo práticas pedagógicas capazes de atender a todos os alunos.

O sistema educacional inclusivo está fundamentado na Constituição de 1988, que garante a educação como direito de todos. E reforça a lei com o Decreto nº 6949/2009, que assegura a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

Dessa forma, a construção da educação inclusiva requer a aplicabilidade das políticas públicas na organização e interação do Ensino Regular e Educação Especial, consolidando uma proposta de educação especial integrada ao projeto político pedagógico da escola (PPP), sendo capaz de contrapor as diferentes formas de exclusão e garantir as condições de acesso, participação e aprendizagem.

Com base no Decreto nº 7611/2011, vale ressaltar o artigo 2º a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; como também o inciso 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta

pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas ou público – alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Contudo o que foi exposto percebe-se que as leis estão cada vez mais atualizadas e detalhadas. O tema da inclusão nunca esteve tão presente no dia-a-dia da educação. Cada vez mais professores estão percebendo que as diferenças não só devem ser aceitas, mas também acolhidas como subsídio para a construção humana.

Para Mantoan (2003, p. 19), o mais relevante no conceito de inclusão escolar é que “todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”, e quando aborda a questão dos alunos que fracassam em suas salas de aula diz que “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional” (*Idem*), atingindo não somente os alunos com deficiência, mas todos os demais, com o objetivo de alcançarem sucesso em sua vida escolar.

Pode-se entender, que não se trata apenas de admitir a matrícula dessas crianças, isso nada mais é do que cumprir a lei. A responsabilidade coletiva de educadores, pais e comunidade escolar para a Educação Especial inclusiva de qualidade precisa estar presente desde a construção do

Projeto Político Pedagógico (PPP), até as atitudes e práticas pedagógicas propostas para o público – alvo da Educação Especial.

Conforme diz Stainback (1999, p.123),

É difícil a inclusão na escola em moldes perfeitos, aberta para todos. Porém, sendo a escola uma instituição que tem por tarefa a formação da cidadania e se esta ganha seu sentido pleno apenas num contexto democrático, de direitos iguais a todos, obviamente o tipo de educação que ela oferece também deve incluir as pessoas com deficiência, sendo também sua missão capacitar de fato esses indivíduos para atuar crítica, construtiva e profissionalmente no contexto social. É papel da escola ensinar a conviver com as diferenças e oferecer meios de ajudar a sociabilização entre seus frequentadores. Obviamente, necessário se faz a adaptação das atividades às deficiências dos alunos para que aprendam. Para que realmente haja uma inclusão eficiente não basta simplesmente matricular o aluno deficiente em uma classe escolar e não dar suporte físico-pedagógico e humano necessário para seu desenvolvimento intelectual e social.

Contudo, o conceito de incluir não é inserir, mas interagir e contribuir, ou seja, oferecer serviços complementares, adotar atitudes e práticas pedagógicas criativas na sala de aula e sala de recursos

multifuncionais, adaptar o projeto político pedagógico, rever posturas e construir uma nova realidade de inclusão na educação.

COMPARTILHAR SABERES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Para iniciar um estudo acerca das práticas pedagógicas, o educador deve repensar como deve ser construído um currículo inclusivo. O MEC sugere que o currículo escolar esteja articulado com as dinâmicas sociais, provenientes dos conhecimentos e da cultura dos educandos, por meio de políticas culturais, intelectuais e pedagógicas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) visam oferecer uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais a respeito dos programas empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não pretendem ser um modelo curricular homogêneo e impositivo, mas conectado com a política dos estados e municípios, de acordo com a diversidade sociocultural das diferentes regiões do país e a autonomia docente.

Contudo que foi exposto nos referenciais das políticas oficiais, ainda persisti a dúvida entre os educadores. “Como construir um currículo para a educação de alunos com práticas pedagógicas inclusivas?”

Segundo Cunha (2013), o caminho seria um currículo não somente flexível, mas funcional para a vida prática, ou seja, compreendendo atividades em salas de aula e que terão reflexos na vida familiar e social do educando.

A realidade da educação, geralmente, impõe à prática pedagógica limites que só serão superados pelo amor e pelo preparo de quem atua. Nesses casos, o que é certo, o que se pode fazer, o que é devido fazer ou o que é louvável fazer será feito pela perseverança e pela dedicação dos educadores que trabalham para superar os empecilhos. (2013, p.27)

A partir da perspectiva de compartilhar saberes e práticas pedagógicas e conforme o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, o professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE tem como responsabilidade cuidar da Sala de Recursos Multifuncionais e deve atuar, como:

- docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado;
- Atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao público – alvo da Educação

Especial ao currículo e a sua interação no grupo;

- Promover as condições de inclusão desses alunos em todas as atividades da escola;
- Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;
- Informar a comunidade escolar a cerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;
- Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do Atendimento Educacional Especializado dos alunos;
- Preparar material específico para o uso dos alunos na sala de recursos;
- Orientar a elaboração de material didático-pedagógico que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular;
- Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade e articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

Ainda sobre a Sala de Recursos Multifuncionais, esta deve estar à disposição dos alunos, com um arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades

funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente promover vida independente e inclusão, que são chamadas de Tecnologias Assistivas.

São consideradas tecnologias assistivas desde artefatos simples, como uma colher adaptada até sofisticados programas especiais de computador que visam a acessibilidade. As tecnologias da informação e da comunicação vêm se tornando, cada vez mais, instrumentos de inclusão, uma vez que viabilizam a interação do sujeito com o mundo.

Há uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na sala de recursos multifuncionais ou até na sala de aula regular, entre eles destacam-se:

- Os jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento;
- Os jogos adaptados, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, livros de histórias virtuais, livros falados;
- Recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de

pauta ampliada, mobiliários adaptados e muitos outros.

O significado da Inclusão educacional para muitos é ter um atendimento educacional especializado – AEE, uma sala de recurso multifuncional e a inserção de crianças com necessidades especiais na escola. Pelo contrário, não é somente isso para acontecer a inclusão. A escola para se tornar inclusiva precisa ter como princípio fundamental compartilhar liderança e estimular a troca de experiências, minimizando as dificuldades do contexto e dos alunos e favorecendo as mudanças necessárias na gestão da sala de aula e das práticas pedagógicas.

METODOLOGIA

FORMAÇÃO INCLUSIVA PARA A COMUNIDADE ESCOLAR

Seguindo os fundamentos teóricos da metodologia de pesquisa foram analisados documentos, legislações, livros e revistas que tratam desse assunto tão relevante, além de atitudes e práticas pedagógicas de inclusão educacional na Educação Especial realizadas no município alagoano de Jequiá da Praia.

Seguindo os fundamentos teóricos da metodologia de pesquisa, foi aplicada uma entrevista com trinta pessoas, realizada por meio de um questionário com cinco perguntas voltadas a Educação Especial e a inclusão educacional no município de

Jequiá da Praia. O público-alvo da pesquisa foi composto por professores (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e pais de alunos da rede municipal de ensino regular

Com base nas perguntas e respostas realizadas na pesquisa, foram analisadas pedagogicamente cada uma delas. Foi identificado que a formação e o conhecimento acerca da inclusão na Educação Especial precisam ser mais divulgados. A comunidade escolar precisa estar mais informada e a melhor forma é a participação ativa de curso de formação, grupos de estudo e congressos nesta área. Desenvolver ações e atitudes solidárias, respeitar, valorizar as diferenças de cada indivíduo e exercitar a cidadania exigindo as garantias das leis existentes, essas são as melhores formas de combater a exclusão social e construir uma educação inclusiva.

Sendo assim, a Secretaria Municipal de Educação de Jequiá da Praia juntamente com a Coordenação de Educação Especial firmaram uma parceria com a comunidade escolar na busca incessante de cursos de formação à distância na Universidade Federal de Santa Maria – RS (UFSM) Curso de aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado – AEE – 9ª edição – Turma 08.

O Projeto de Estudos e Extensão Sextas Inclusivas (PEESI), em parceria com a Universidade Federal de Alagoas e o Núcleo de Estudos Educação e Diversidade

(NEEDI), desde abril de 2013 realiza encontros mensais com objetivo de discutir questões relacionadas à educação inclusiva junto à comunidade alagoana. E em torno de quinze pessoas da área educacional de Jequiá da Praia (professores, coordenadores, diretores e pais) estão participando ativamente do grupo de estudo, compartilhando saberes e experiências.

Nos primeiros encontros, a partir dos relatos e demandas apresentadas pelos participantes do projeto surgiu a necessidade de ampliar as discussões e envolver gestores e outros agentes sociais diretamente responsáveis pela Educação Especial em diferentes municípios e do estado de Alagoas como um todo.

Os anseios, as angústias e a busca de soluções para os problemas vivenciados levaram-nos a constituir um coletivo de trabalho que realizou estudos e análises de documentos legais e orientadores para efetivação da Educação Inclusiva no estado brasileiro, com ênfase nos relacionados ao Atendimento Educacional Especializado oferecido em escolas da rede pública.

Este coletivo também sistematizou os debates e as audições realizadas nos encontros seguintes com a finalidade de organizar as proposições demandadas, para a melhoria do funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais e do atendimento aos estudantes público-alvo da Educação

Especial, em escolas públicas municipais e estaduais de Alagoas.

Com o sentido de contribuir na elaboração dos projetos e ações voltadas a educação especial inclusiva para ser apresentado e discutido em audiência pública realizada na Assembléia Legislativa as seguintes propostas:

- Utilização de forma adequada dos recursos financeiros destinados para Educação Especial;
- Divulgação de ações, projetos e programas desenvolvidos pelos municípios e pelo estado de Alagoas, voltados à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Fortalecimento dos Conselhos Municipais e Estadual da Pessoa com Deficiência;
- Criação do Fórum de Educação Inclusiva;
- Monitoramento da implantação das SRMs (espaço físico, equipamentos, etc);
- Manutenção da SRMs já implantadas em escolas públicas estaduais e municipais;
- Formação da comunidade escolar para a Educação Inclusiva;
- Constituição de Equipes de Apoio para atuar em parceria com os professores da sala regular das escolas;
- Garantia de material didático voltado as necessidade e especificidades de estudantes

com faixa etária avançada, atendidos nas SRMs;

- Formação de professores do AEE para a utilização de Tecnologias da Informação e Assistivas;
- Fomento de Projetos para a articulação de programas voltados para saúde, educação e assistência social no âmbito das escolas.

Vale ressaltar que estas propostas organizadas pelo coletivo do grupo "Sextas Inclusivas" para a audiência pública, nasceram a partir de muita discussão, apresentação de experiências e compartilhamento de saberes da área de educação especial. Por meio desse estudo a equipe de professores, coordenadores, gestores e pais da comunidade de Jequiá, conseguiram visualizar novas ações políticas com destaque na educação especial para o desenvolvimento da educação inclusiva jequiaense.

RESULTADOS

A coletividade consegue estabelecer um convencimento e efetividade para as ações sociais de forma mais rápida do que a individual. A proposta a ser apresentada na Assembleia Legislativa foi fruto de muito estudo, debates, experiências e inquietações. É muito fácil exigir quando não se faz nada para melhorar o que temos. O significado da Inclusão educacional para muitos é ter um Atendimento Educacional

Especializado – AEE, uma Sala de Recurso Multifuncional e a inserção de crianças sendo o público-alvo da educação especial. Pelo contrário, não é somente isso para acontecer a inclusão. Está sendo alcançada com muita persistência e trabalho dos profissionais da educação do ensino regular o ensino e aprendizagem do público – alvo da educação especial nas escolas municipais de Jequiá da Praia.

Mas a inclusão educacional se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes à diferença de aprendizagem dos alunos, ou seja, desenvolver práticas pedagógicas pertinentes a tipos diferentes de deficiências, transtornos gerais de desenvolvimentos, superdotação e altas habilidades.

A partir do que foi exposto é possível apontar que a escola, para se tornar inclusiva, precisa ter como princípio fundamental compartilhar liderança e estimular a troca de experiências, minimizando as dificuldades do contexto e dos alunos e favorecendo as mudanças necessárias na gestão da sala de aula e das práticas pedagógicas.

DISCUSSÃO

Com relação à formação na área de Educação especial e inclusão são oferecidos com regularidade pela Secretaria Municipal de Educação cursos relacionados às

deficiências existentes nas Salas de Recurso Multifuncional. Antes, somente as professoras do AEE eram capacitadas continuamente. Após, o grupo de estudo, leituras, pesquisas acerca do tema e o estímulo de cursos oferecidos pelas instituições Federais de Ensino Superior ficou evidenciado que o conhecimento conscientizou positivamente os profissionais da educação na prática didática da inclusão.

Para tanto, as atitudes e práticas pedagógicas inclusivas podem ser desenvolvidas e divulgadas a partir de uma parceria entre os educadores de Salas de Recursos Multifuncionais e educadores de Ensino Regular, através do compartilhamento de saberes e as trocas de experiências, podendo contribuir para uma evolução educacional significativa, crítica e consciente na construção da inclusão sócio-educativa do público-alvo da Educação Especial.

CONCLUSÃO

Desta forma foram apresentadas um elenco de ideias, pesquisas e sentimentos em torno da educação inclusiva e entendo que o saber, a interação de conhecimentos e a troca de experiências desenvolvem a visão crítica, política e transformadora de uma sociedade inclusiva. As dificuldades são inexistentes aos olhos de quem conhece e

acredita no poder significativo da inclusão educacional.

Por isso, tenho compartilhado saberes e experiências com muitos professores em reuniões, grupos de estudos a respeito da inclusão educacional, as suas angústias, dúvidas e incertezas são muitas. Esta inquietação é o primeiro passo para buscar a mudança, revisar suas metodologias e repensar o objetivo maior da educação “a inclusão”.

Desta forma, sabemos que não é fácil abrir mão de antigos conceitos, mas precisamos romper essas barreiras, pois já sabemos dos benefícios da Escola Inclusiva, não apenas para o público-alvo da educação especial, mas para todos, que crescem com a diversidade e que, certamente, transformar-se-ão em pessoas melhores no futuro.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Salas de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão.** Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

FILHO, Teófilo Alves Galvão; DAMASCENO, Lucian Lopes. Tecnologias assistivas para autonomia do aluno com necessidades educacionais especiais. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Brasília, v.1, p. 25-32, ago/2006.

FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. **A inclusão do aluno com deficiência mental na educação fundamental**. Maceió: EDUFAL, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? como fazer?** Cotidiano Escolar. São Paulo: Moderna. 2003.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Estudantes com necessidade especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva**. Rio de Janeiro: Wak, editora, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento de ação: na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca: Unesco/Ministério da Educação Ciência da Espanha, 1994.